

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS
ECONÔMICAS.
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VINICIUS SILVA PINHEIRO

DETERMINANTES DA CARGA TRIBUTÁRIA INCIDENTE EM EMPRESAS
BRASILEIRAS

GOIÂNIA

2015

Prof. Dr. Orlando Afonso Valle do Amaral
Reitor da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Luiz Mello de Almeida Neto
Pró-reitor de Graduação da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Ms. Júlio Orestes da Silva
Coordenador do curso de Ciências Contábeis

VINICIUS SILVA PINHEIRO

**DETERMINANTES DA CARGA TRIBUTÁRIA INCIDENTE EM EMPRESAS
BRASILEIRAS**

Trabalho apresentado junto ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção de título de bacharel.

Orientador:Ma. Renielly Nascimento Iara

**GOIÂNIA
2015**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

SILVA PINHEIRO, VINICIUS
DETERMINANTES DA CARGA TRIBUTÁRIA INCIDENTE EM
EMPRESAS BRASILEIRAS [manuscrito] / VINICIUS SILVA
PINHEIRO. - 2015.
XXXVII, 37 f.: il.

Orientador: Profa. RENIELLY NASCIMENTO IARA.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal
de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e
Ciências Econômicas (FACE) , Ciências Contábeis, Goiânia, 2015.

Bibliografia. Anexos.

Inclui gráfico, tabelas, lista de tabelas.

1. CARGA TRIBUTARIA. 2. ENDIVIDAMENTO. 3. TAMANHO . 4.
SETOR. I. NASCIMENTO IARA, RENIELLY, orient. II. Título.

RESUMO

Assunto amplamente discutido no âmbito político, judiciário, nas ruas, escolas e comércios, a tributação brasileira é aplicada nas mais diferentes formas de regime, com as mais diferentes alíquotas e sobre os diversos produtos e serviços produzidos. Não obstante, o sistema tributário brasileiro é envolvido pelos princípios da essencialidade e pela função parafiscal, que auxilia o governo no controle da inflação e no desenvolvimento de regiões territoriais menos favorecidas. Essa versatilidade de aplicação tributária alimenta nos empreendedores, gestores e executivos, a necessidade pelo conhecimento quanto ao planejamento tributário da empresa. Fato é que, inicialmente é necessário que seja conhecida a carga tributária da empresa de forma individual, para posteriormente buscar as razões desta e possivelmente soluções para a desoneração tributária. Então, sob essa perspectiva, o estudo teve o objetivo de identificar a carga tributária da empresa e identificar determinantes com significativa correlação para com esta carga tributária. Trata-se de um estudo exploratório descritivo, de abordagem quantitativa e qualitativa, que se apoia em ferramentas de origem bibliográfica na busca de dados e resultados. Foram coletadas informações contábeis de empresas no período compreendido entre 2011 e 2013 com o objetivo de estabelecer a carga tributária anual e individual. Além destas, foram coletadas demais informações previamente estabelecidas em bibliografias, as quais tiveram sua relação para com esta carga tributária investigada. Resultados demonstram a diversidade da carga tributária entre empresas, a dificuldade de estabelecimento desta carga tributária com base em Demonstrações Contábeis divulgadas de forma não padronizada, bem como a correlação insignificante dessas cargas tributárias para com o endividamento, tamanho da empresa e setor de atuação.

Palavras Chave:Carga tributária, endividamento, setor, tamanho.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
1.1 Apresentação e Caracterização do problema de pesquisa.....	6
1.2 Objetivos gerais e específicos da pesquisa	6
1.3 Hipóteses.....	7
1.4 Justificativa	8
1.5 Estrutura da Pesquisa	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1 Tributos no Brasil	9
2.2 Tributos da Pessoa Jurídica.....	10
2.3 A Carga Tributária	12
2.4 Estudos empíricos sobre Carga Tributária no Brasil	14
3 MÉTODO DE PESQUISA.....	14
3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA.....	14
3.2 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS	15
3.3 MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS	15
3.3.1 Análise descritiva de dados.....	15
3.3.1.1 Medidas de Tendência Central.....	16
3.3.1.2 Medidas de Variabilidade	16
3.3.1.3 Medidas de Posição	16
3.3.2 Regressão Simples e Correlação	16
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	16
4.1 ANÁLISE DECRITIVA GERAL	17
5 CONCLUSÕES	22
6 REFERÊNCIAS	23

1INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação e Caracterização do problema de pesquisa

Tributar é ato vital à manutenção do Estado e sua organização. Para a garantia dos direitos sociais transcritos na Constituição Federal, a máquina pública alimenta-se dos recursos financeiros providos da tributação, que no conjunto de suas diversas formas compõe a carga tributária.

A carga tributária, por sua vez, é determinada pela associação de impostos, taxas e contribuições, que de forma direta ou indireta, incidem sobre toda e qualquer atividade econômica. Com caráter compulsório e pecuniário, trata-se de objeto determinante ao nascimento e até mesmo à descontinuidade de empresas (BISPO, 2007, p. 3), bem como ferramenta essencial ao planejamento tributário, à escolha de procedimentos contábeis, à formação de custos e, conseqüentemente, à precificação de produtos e serviços.

Fato é que, desde 1947, observa-se seu constante aumento, que, embora pouco transparente para o contribuinte, é justificado como forma de solucionar o desequilíbrio fiscal do Brasil, motivado pelas crescentes despesas oriundas de demandas reprimidas por gastos sociais e investimentos em infraestrutura (VARSANO, 1998). Somente entre o período compreendido entre 1988 e 2012 esta carga tributária saiu de 23% alcançando os 35,5% (ORAIR, 2013).

Na prática a sua mensuração é discussão sem consenso. Mesmo diante da divergência existente entre o índice apontado pelo governo e aquele apontado pela sociedade contribuinte, certo é que ambos apontam a carga tributária brasileira dentre as maiores do mundo. E, embora notoriamente elevada, a razão ou característica na qual a carga tributária se baseia, ou como sua ocorrência se justifica aos variados segmentos da economia e às variadas características particulares das empresas, ainda é obscura sob perspectiva social e científica.

Dado este cenário, surge a seguinte questão de pesquisa: quais são as diferenças na relação entre tributos e seus determinantes, levando-se em consideração o nível da carga tributária em empresas brasileiras de capital aberto?

1.2 Objetivos gerais e específicos da pesquisa

O objetivo geral da pesquisa é identificar as diferenças na relação entre tributos e seus determinantes, levando-se em consideração o nível da carga tributária em empresas brasileiras de capital aberto.

Identificada esta relação, este trabalho terá como objetivo específico:

- Identificar modelos para o estabelecimento da carga tributária nas empresas;
- Identificar determinantes da carga tributária;
- Comparar métodos quantitativos na análise dos dados.

1.3 Hipóteses

Com base nas pesquisas realizadas para atingir o objetivo deste trabalho, é possível identificar resultados os quais apontam a relação da carga tributária com as variáveis da empresa.

Bispo (2007) aponta em estudo acerca do tema em questão, a existência de relação entre carga tributária e o setor econômico de atuação, e o tamanho da firma.

Quanto ao setor econômico, salienta a variação de 17,72% aplicada ao setor de menor incidência, como o automotivo, para 52,95% aplicado ao setor de telecomunicações.

Ainda demonstra, à oportunidade, a relação do custo tributário e o tamanho da empresa, mensurado sob a perspectiva da receita auferida. O estudo aponta a incidência de 59,59% de carga tributária sobre grupos de faturamento acima de R\$7.999,9 milhões, e 38,37% aos grupos, cujo faturamento seja inferior a este valor.

Em outra análise, Santos, Cavalcante e Rodrigues (2013) observam em seu estudo a relação determinante e inversa da carga tributária com o endividamento da empresa, resultado este que vai de encontro à teoria de Pohlmann e Iudícibus (2010), a qual justifica a existência da relação devido à dedutibilidade dos juros na base de cálculo dos tributos incidentes sobre o lucro.

Nota-se, ainda, que a arrecadação tributária possa estar diretamente ligada aos rendimentos do salário na economia, que sob a perspectiva patronal da empresa, refere-se aos impostos sobre a folha de pagamento, bem como contribuições sociais, que cresceram progressivamente no período compreendido entre 2002 e 2012 (ORAIR, 2013). Referido fato alimenta também a hipótese de forte relação entre a carga tributária e custos de venda/despesas operacionais das empresas.

Assim, tem-se a seguinte hipótese:

H: Para o modelo de determinação, O tamanho da empresa, o endividamento eo setor de atuação são fatores influentes na carga tributária em empresas brasileiras de capital aberto.

1.4 Justificativa

Diante de um cenário econômico que se renova diariamente, alimentado pela globalização, pelo amadurecimento do acesso à informação, que não só chega a todo o mundo com uma rápida velocidade, mas também chega de forma eficiente, observamos que empresas se reestruturam constantemente na busca de mercado e vantagens que alavanquem seu desenvolvimento. Assim, cresce a passos largos a ferramenta do planejamento estratégico, e junto com ele avança o planejamento tributário.

Estabelecer metas, apontar objetivos e alcançar níveis projetados de crescimento são pouco válidos ou em nada resultam quando não se conhece o que eles podem trazer consigo. Então, na crescente de se elaborar um robusto e consistente planejamento tributário, as empresas clamam por informações estratégicas com as quais possam maximizar seus resultados.

O planejamento tributário já se mostra amadurecido quando traça perspectivas tributárias ligadas às bases de cálculo, suas projeções para o estabelecimento das metas ou a melhor escolha contábil à empresa, porém a incidência ou o custo tributário podem estar relacionados às variáveis ou características que estão além das hipóteses de eventos, de crescimento ou de base de cálculo.

Assim, justificam-se este e os demais projetos desenvolvidos no intuito de estabelecer uma relação entre a carga tributária com numerários do resultado divulgado pela empresa, bem como às suas características intrínsecas.

Além da possibilidade de serem utilizados para fins de gestão empresarial, possíveis resultados positivos produzidos por esta pesquisa poderão servir de ferramenta estratégica ao governo na implementação de políticas de incentivo ou reforma tributária, às empresas, que apropriar-se-ão de novos conhecimentos acerca do comportamento da tributação sobre seus atos, e, não obstante isso, o acionista, aquele detentor de capital remunerado pelo resultado, que também é demandante não somente desta, mas de qualquer informação que interfira nos resultados da empresa.

1.5 Estrutura da Pesquisa

O estudo é organizado em quatro tópicos, iniciando pela introdução acerca do tema, que brevemente relata seu contexto e importância. Partindo ao segundo tópico, tratou-se da

prospecção teórica relacionada e formação de mínima argumentação e censo crítico. Posteriormente, o estudo dedica-se a relatar sobre a metodologia empregada à obtenção de resultados passíveis de análise, quando por fim estes resultados serão analisados ensejando conclusão satisfatória ao trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O respaldo teórico do presente trabalho é apresentado sob três formações: a primeira trata das características do tributo; a segunda relata sobre a tributação da pessoa jurídica, e por fim, a terceira relata sobre trabalhos anteriores, os quais investigaram a determinação e possíveis relações da carga tributária no Brasil.

2.1 Tributos no Brasil

Quando tratamos do tema carga tributária, imediatamente nos deparamos com controvérsias, porém na mesma crescente de seus índices estão debates da política fiscal brasileira, estimulados pelo aumento nominal de sua participação no Produto Interno Bruto (PIB).

Historicamente, após a Constituição de 1988, a carga tributária saiu de um patamar de 23% para 35,5% do PIB em 2012 (ORAIR, 2013).

Segundo Giambiagi (2002), este fenômeno ocorrido no país, analisado em diversos estudos, é particular e justificado pela criação de novos tributos, bem como pela majoração de alíquotas e bases de incidência. Mesmo no período de desoneração tributária iniciado em 2004, houve crescimento da carga tributária, que segundo hipótese de Orair (2013), trata-se da relação de suas determinantes, que estão relacionadas às características de crescimento econômicos, tais como expansão da massa salarial e do grau de formalização do mercado de trabalho, e o crescimento do volume de importações.

Com a complexidade do sistema tributário nacional, no Brasil, diversos modelos de mensuração da carga tributária são discutidos, o que não ocorre em países mais desenvolvidos, detentores de sistemas tributários simplificados (GALLO, 2007). Justaposto à dificuldade de mensuração, sua complexidade causa ao contribuinte insegurança quanto ao não cumprimento de todas as obrigações fiscais, algo que se justifica pela existência de cerca de 60 tributos dentre impostos, taxas e contribuições, e aproximadamente uma centena de obrigações acessórias, tais como declarações, livros, formulários e guias e a cumulatividade de tributos (AMARAL et al., 2008)

2.2 Tributos da Pessoa Jurídica

Caracteriza-se como sistema tributário o conjunto de leis e normativas da legislação tributária que definem e conceituam os tributos, suas bases de cálculo, fatos geradores, contribuintes e competências, normatizando ainda as obrigações tributárias, os lançamentos, a prescrição e decadência.

O Código Tributário Nacional – CTN - conceitua tributo como a “prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.” São eles de competência da União, Estados e Municípios.

Tributos federais são aqueles de competência da União, e os de maior representatividade são os seguintes:

- i. IRPJ- Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas: tributo sobre resultados auferidos pela empresa;
- ii. IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados: tributo sobre produtos industrializados nacionais e estrangeiros. Seu regulamento trata de definir o conceito de industrialização, além das alíquotas;
- iii. CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: tributo que incide sobre o Lucro Líquido anterior à provisão para Imposto de Renda, destinado ao financiamento da Seguridade Social.
- iv. PIS – Programa de Integração Social: tributo que incide sobre a receita bruta, com objetivo de financiar o pagamento do seguro-desemprego, abono e participação na receita dos órgãos e entidades para os trabalhadores públicos e privados.
- v. COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social: tributo que incide sobre a receita bruta, com objetivo de financiar a seguridade social, a qual abrange a previdência social, a saúde e a assistência social.
- vi. II – Imposto sobre Importação: tributo que incide quando da entrada de produtos estrangeiros no território nacional sem destino de retorno ao estrangeiro dentro do prazo permitido, que tem como base de cálculo o valor aduaneiro da mercadoria, e alíquota dependente de ato infralegal (decreto presidencial). Imposto de função econômica e regulatória.
- vii. IE – Imposto sobre Exportação: tributo que incide sobre a saída (fato gerador na expedição) de produto nacional ou nacionalizado, com base de cálculo fixada no preço do produto em condições normais de comercialização. Com possibilidade de faculdade de alíquota, o imposto também exerce função econômica e regulatória.

- viii. IOF – Imposto sobre Operações Financeiras: tributo que incide sobre operações de crédito, de câmbio e seguro e operações relativas a títulos e valores mobiliários, com base de cálculo e alíquotas variáveis a depender da operação, com função de manipulação da política de crédito, câmbio, seguro e valores imobiliários.
- ix. Contribuição para Previdência Social: apesar de discussões acerca de sua natureza, a Contribuição Social Previdenciária é conceituada pela Constituição de 1988 e pelo Sistema Tributário Nacional (PAULSEN, 2007, p. 30) como o tributo, cuja finalidade é garantir a substituição de renda dos trabalhadores quando da incapacidade laboral, seja ela por idade avançada, morte, doença ou invalidez.

Já os tributos estaduais são aqueles de competência dos Estados e do Distrito Federal, e são os seguintes:

- i. ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços: trata-se do tributo de maior complexidade dentre todos, devido às diferentes alíquotas interestaduais definidas pelo Regulamento do ICMS, que produzem a popularmente conhecida “guerra fiscal”. Tem como fato gerador a circulação (transferência de titularidade) de mercadorias e serviços, e função predominantemente fiscal, de arrecadação. Vale ressaltar que trata-se de um imposto não-cumulativo, ou seja, creditado ao contribuinte o imposto pago em operações anteriores.
- ii. IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores: tributo que incide sobre a propriedade de veículos, tendo como base de cálculo o valor venal do veículo e alíquota determinada pelo Estado. Tem função exclusivamente fiscal, de arrecadação.

Não menos importantes, os tributos municipais são aqueles de competência do Município e Distrito Federal, e são os seguintes:

- i. ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza: tributo que tem como fato gerador a prestação de serviço, seja por empresa, seja por profissional autônomo. Seu recolhimento é feito ao Município em que se encontra o estabelecimento do prestador, podendo ser feito ao Município no qual o serviço foi prestado no caso de serviços caracterizados por sua realização no estabelecimento do tomador. Sua base de cálculo é o valor do serviço prestado, e sua alíquota é determinada pelo Município, limitada pelo governo federal a 5%. Tem função exclusivamente fiscal, de arrecadação.

- ii. IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana: tributo que incide sobre a propriedade imóvel localizada na zona urbana. Sua base de cálculo é o valor venal do imóvel e a sua alíquota é estabelecida pelo Município. Tem função exclusivamente fiscal, de arrecadação.

O conjunto de tributos supracitados, adicionado às taxas e demais contribuições não menos importantes, porém de menor relevância econômica, compõe todos os custos tributários incidentes em empresas brasileiras, e são suficientes para a apresentação de modelos para mensuração da carga tributária nas empresas.

2.3 A Carga Tributária

A análise do termo carga tributária remete à ideia do custo de funcionamento do governo, bem como da máquina pública para a economia nacional. É expressa pelo ingresso de tributos aos cofres públicos em razão ao Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, a fatia da arrecadação tributária frente a todo o volume de bens e serviços produzidos em determinado período.

Em sua ampla e social formulação, a carga tributária é reconhecida pela Receita Federal do Brasil – RFB (2005) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2013) sob a seguinte expressão:

$$CT = \frac{AT \times 100}{PIB} \quad (01)$$

Onde:

CT = Carga Tributária bruta Nacional;

AT = Arrecadação Tributária da União, Estados e Municípios;

PIB = Produto Interno Bruto a preço de Mercado.

Em sua produção, Bispo (2007) adapta a formulação para estabelecimento da *proxy* carga tributária à seguinte, pautado tão somente na análise nos conceitos metodológicos da Secretaria da Receita Federal e com base em informações relativas à Demonstração do Valor Adicionado das empresas:

$$CTDVA = \frac{ID}{VA} \quad (02)$$

Onde:

CTDVA = Carta Tributária da Empresa, com Base na DVA;

ID = Impostos Devidos e;

VA = Valor Adicionado.

Neste contexto, os Impostos devidos são exprimidos pelos Impostos, Taxas e Contribuições na distribuição do Valor Adicionado, sendo assim, a Demonstração do Valor Adicionado, demonstração suficiente ao estabelecimento da *proxy*.

Para introduzirmos a Demonstração de Resultados do Exercício como fonte informacional de modo a utilizá-los para buscar razões ao comportamento das informações contábeis para com a carga tributária da empresa, inicialmente faz-se necessário estabelecer, com base nas informações desta demonstração, a carga tributária da empresa.

Gallo (2007) relata as limitações e entraves ligados à perplexidade dos tributos no que diz respeito à sua evidenciação contábil, pois estes incidem de forma complexa sobre os numerários da empresa, ou seja, há aqueles que incidem sobre o total faturado em notas fiscais (ISS, PIS e COFINS), há também aqueles cobrados sobre o valor adicionado das empresas (ICMS, IPI, PIS e COFINS não cumulativos), além é claro, daqueles que incidem sobre os resultados fiscais da empresa (IRPJ e CSLL). Entretanto, o mesmo conclui que, seja qual for a forma de incidência do tributo ou contribuição, os recursos para seu pagamento serão oriundos da receita bruta da empresa, firmando assim uma *proxy* para composição da carga tributária.

Gallo (2007) ainda cita as diversas formas de registro tributário na Demonstração do Resultado, ou seja, evidenciados em partes distintas da estrutura, iniciando pelo IPI no Faturamento Bruto, impostos sobre vendas juntamente ao ICMS, ISS, PIS e COFINS sobre a receita bruta. Nas Despesas Operacionais poderão estar contabilizados impostos, taxas e contribuições e finalmente após o Lucro ou Prejuízo. Antes do IR/CSLL estarão evidenciados o Imposto de Renda e Contribuição Social, informações estas que deverão ser consideradas para aferição da carga tributária.

Sob a perspectiva de Gallo (2007), tem-se que a carga tributária da empresa com base na DRE é dada pela seguinte equação:

$$CTDRE = \frac{(TD + TI + ES) \times 100}{RB - DEV} \quad (03)$$

Onde:

CTDRE = Carga Tributária da Empresa, com Base na DRE;

TD = Tributos Diretos divulgados na DRE (IR/CSLL);

TI = Tributos Indiretos divulgados na DRE (IPI, ICMS, ISS, PIS e COFINS);

ES = Encargos Sociais divulgados na DRE, pagos ou a pagar;

RB = Receita Bruta da empresa e;

DEV = Devoluções da empresa.

2.4 Estudos empíricos sobre Carga Tributária no Brasil

Baseado em breve e simples pesquisa acerca do tema, é fácil concluir que existem inúmeros estudos que destacam a preocupação de pesquisadores em relação à carga tributária efetiva aplicada sobre a sociedade contribuinte brasileira.

Em 1947, quando iniciaram os registros sistemáticos das contas nacionais, a carga tributária brasileira representava 13,8% do PIB. Na década de 60, a exemplo do sistema francês da época, uma reforma tributária adotou como princípio para tributação o valor adicionado, reduzindo a tributação cumulativa e reformulando o imposto sobre a renda, momento em que a carga tributária atingia o patamar de 25% do PIB, e estabilizando-se neste patamar até a década de 70. Passou então ao patamar de 28,8% no Plano Collor, e voltou a crescer após 1994, com a estabilização do Plano Real, atingindo 29,8% do PIB (VARSAÑO, 1998).

Não obstante, o crescimento da carga tributária em desarmonia com o desenvolvimento da economia requer estudo que busque assegurar o nível tributário suportado pela sociedade, visando harmonizar a necessidade de arrecadação e a eficiência e competitividade do setor produtivo. Porém, a característica perversa do sistema tributário nacional torna complexo o estabelecimento desta carga, quando as demonstrações integrantes do Balanço Social tornam-se ferramentas importantes à configuração da situação brasileira (GALLO, 2007)

3 MÉTODO DE PESQUISA

3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA

Para o presente estudo estabeleceu-se como população todas as empresas brasileiras que divulgam resultados através da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros Bovespa (BM&FBovespa).¹

A amostra é composta por empresas pertencentes aos setores econômicos não regulados, conforme classificação da entidade apresentada pelo ANEXO 1, com Demonstrações compreendidas entre os anos de 2011 e 2013. Desta forma, foram excluídas empresas dos setores de Petróleo e Gás, Telecomunicações, Utilidade Pública, Financeiros e

¹ Informações acessadas através do link < <http://www.bmfbovespa.com.br/> >

outros, permanecendo na amostragem empresas dos setores de Materiais Básicos, Bens Industriais, Construção e Transporte, Consumo não Cíclico, Consumo Cíclico e Tecnologia da Informação.

Limitações da pesquisa para o presente trabalho dão-se ao momento em que a população estabelecida, não representa a realidade da totalidade das empresas brasileiras, além da possibilidade das demonstrações contábeis não estarem representadas com uniformidade de padrões contábeis.

3.2 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Para a composição da carga tributária com base na DRA – CTDVA, foram prospectados desta demonstração, os valores relativos à Impostos, Taxas e Contribuições, bem como aqueles relativos ao Valor Adicionado Total a Distribuir, compondo assim, conforme expressão 02, a CTDVA. Já para a composição da carga tributária com base na Demonstração do Resultado do Exercício – CTDRE foram prospectados da demonstração valores relativos à Imposto de Renda/ Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (tributos diretos), Tributos Indiretos sobre a venda localizados em notas explicativas, Devoluções também divulgada em notas explicativas e por fim a Receita Bruta, obedecendo à expressão 03.

Dados relativos ao tamanho da empresa – Ativo Total, e Endividamento, foram tratados com a aplicação do logaritmo natural, com o objetivo de anular efeitos relativos à escala. O endividamento fora calculado com base na seguinte expressão:

$$\text{Endividamento} = \frac{(\text{Passivo Oneroso}) \times 100}{\text{Ativo}} \quad (04)$$

Onde:

Passivo Oneroso = Passivo gerador de despesa financeira, não relacionado ao Ciclo Operacional;

3.3 MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS

3.3.1 Análise descritiva de dados

A simples observação de uma extensa base de dados coletados não nos permite a obtenção de conclusões importantes intrínsecas aos dados investigados. A Análise Descritiva permite que descrevamos aspectos importantes de um conjunto de características observadas.

3.3.1.1 Medidas de Tendência Central

De maneira a resumir as informações em uma única que seja a melhor representação das demais, obtemos as medidas de tendência central da análise descritiva. Então, serão realizadas as seguintes medidas:

- Média Aritmética Simples; e
- Mediana.

3.3.1.2 Medidas de Variabilidade

De maneira a resumir as informações em uma única que seja a melhor representação das demais, obtemos as medidas de tendência central da análise descritiva. Então, serão realizadas as seguintes medidas:

- Amplitude (máximos e mínimos); e
- Desvio Padrão.

3.3.1.3 Medidas de Posição

Por fim serão avaliadas as medidas de posição, que conforme nomenclatura promovem o *ranking* da informação:

- Percentis.

3.3.2 Regressão Simples e Correlação

A regressão simples bem como a correlação têm como objetivo avaliar a forma como duas ou mais variáveis, quantitativas ou qualitativas, se relacionam entre si. Esta inferindo somente com relação à magnitude e ao sentido desta possível relação, enquanto aquela busca a predição de uma variável resposta em relação à uma variável preditora. Para tal procedimento, o presente trabalho dispor-se-á do software estatístico Gretl.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Obtidas as cargas tributárias por aplicações às expressões supracitadas neste trabalho, bem como demais variáveis, torna-se possível visualizar a notória redução da amostragem.

Logo, nota-se particularidades na divulgação das informações contábeis as quais desafiam a pesquisa ao cumprimento do modelo proposto por Gallo (2007), conforme equação (03), vez que Tributos Indiretos, Encargos Sociais e Devoluções são informações de divulgação não padronizada em notas explicativas, motivo este que reduziu de 671 para 329 a amostragem da pesquisa para o tratamento voltado à composição da carga tributária com base na DRE, vez que diversas empresas não divulgam a composição da Receita Líquida.

Por outro lado, informações capturadas da DVA bem como informações de endividamento e tamanho da empresa são de fácil prospecção devido à padronização dos dados componentes destes índices.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA GERAL

Foram calculadas medidas para análise descritiva e demonstradas na seguinte tabela:

Variável	Nº OBS	Média	Desv. Padrão	Mínimo	Máximo
CTDVA	671	0,568024	7,913544	-5,25045	204,896
CTDRE	329	0,129982	2,135742	-23,1905	16,73585
TAM	690	13,9071	1,969498	6,88857	20,60347
END	690	1,112998	12,20707	-199,738	183,3245

Tabela 1 Análise Geral de Índices.

Inicialmente, verifica-se a menor disponibilidade de observações para a Variável CTDRE (Carga Tributária tomada pela DRE), devido à indisponibilidade de informações da Receita Líquida em cerca de 48% das empresas avaliadas. A média da carga tributária determinada pela razão entre os Impostos Devidos e Valor Adicionado, a CTDVA, foi de 56,80%, enquanto a média da carga tributária determinada pela expressão (03) foi de 12,99%. O desvio padrão daquela foi de 7,91, enquanto que desta foi de 2,14. A associação entre números de mínimos, máximos e desvios padrões ensejam a provável existência dos *outliers*, que podem ser observados nos seguintes gráficos:

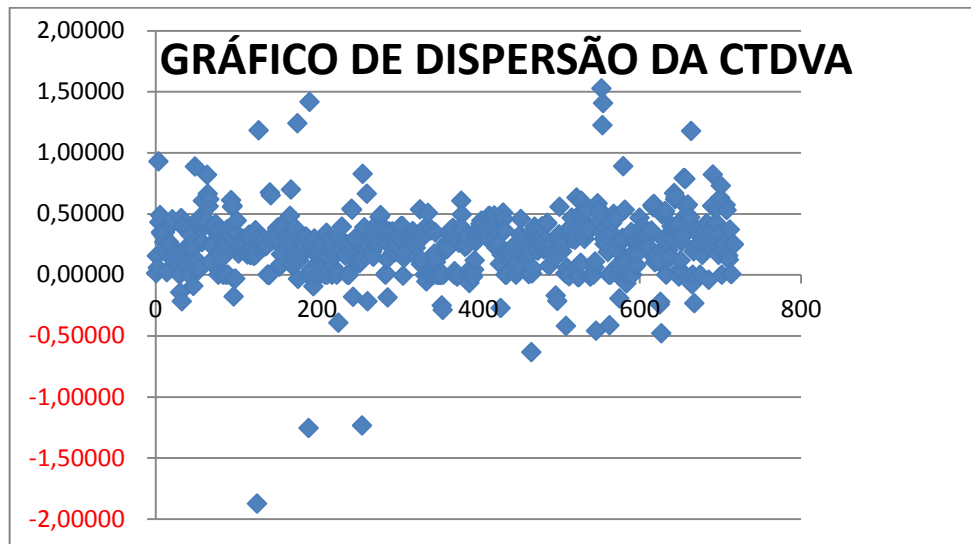


Gráfico 1 Dispersão da CTDVA

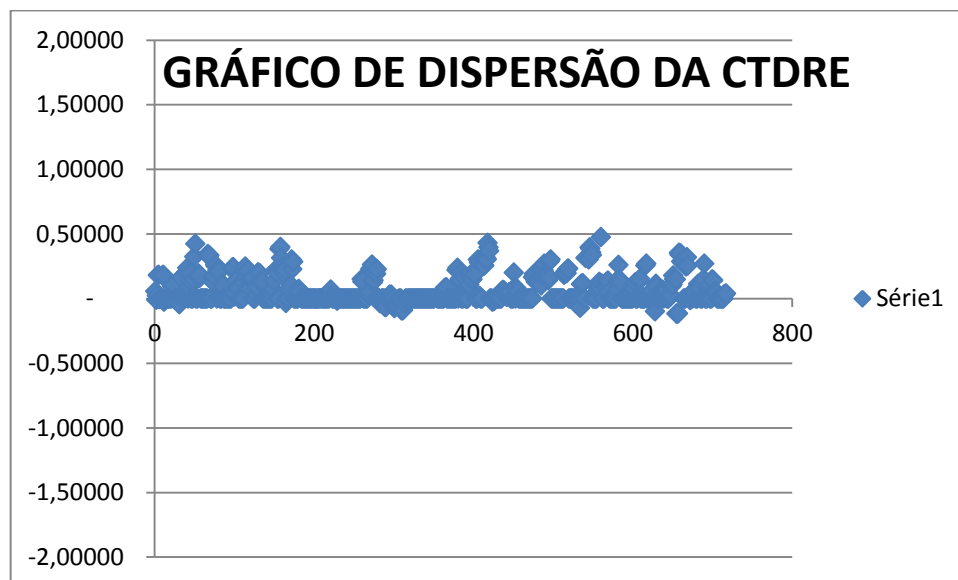


Gráfico 2 Dispersão da CTDRE

Com base no método de análise descritiva de determinação dos Percentis, podemos perceber mais claramente a irregularidade da distribuição dessas cargas tributárias, ocasionadas por diversos fatores tais como isenções tributárias características de setores, créditos tributários e fase de desenvolvimento da empresa no caso da CTDRE, e prejuízos capazes de consumir recursos não gerados pela empresa, produzindo assim um Valor Adicionado a Distribuir negativo no caso da CTDVA. Os quadros a seguir evidenciam o exposto:

	PERCENTIS	Menores
1%	-1,23661	-5,25045
5%	-0,05522	-2,69974
10%	0,00946	-2,69974
25%	0,16342	-2,01388
50%	0,27575	Maiores
75%	0,36872	3,17799
90%	0,49534	3,49579
95%	0,60456	6,00753
99%	1,40569	204,896
N° OBS.	MÉDIA	DESV. PAD
671	0,5680235	7,913544

Tabela 2 Distribuição dos Percentis para CTDVA.

	PERCENTIS	Menores
1%	-2,64431	-23,1905
5%	-0,05994	-10,45754
10%	-0,01125	-8,61499
25%	0,03862	-2,61499
50%	0,12162	Maiores
75%	0,19975	1,5498
90%	0,28697	14,76667
95%	0,34263	16,12727
99%	1,5498	16,73585
N° OBS.	MÉDIA	DESV. PAD
329	0,1299824	2,135742

Tabela 3 Distribuição dos Percentis para CTDRE.

As tabelas acima evidenciam, tanto para a CTDVA quanto para a CTDRE, os quão localizados estão os *outliers* tanto no percentil correspondente de 0 a 5% quanto naquele correspondente de 95% a 100%. Estão nestes percentis, parcela altamente significante de valores capazes de influenciar a irregularidade da distribuição dessas cargas tributárias, elevando assim o desvio padrão da amostra. Quando retirados da amostragem estes valores de carga tributária tanto da DVA quanto da DRE, temos o seguinte comportamento de distribuição, notoriamente mais regular:

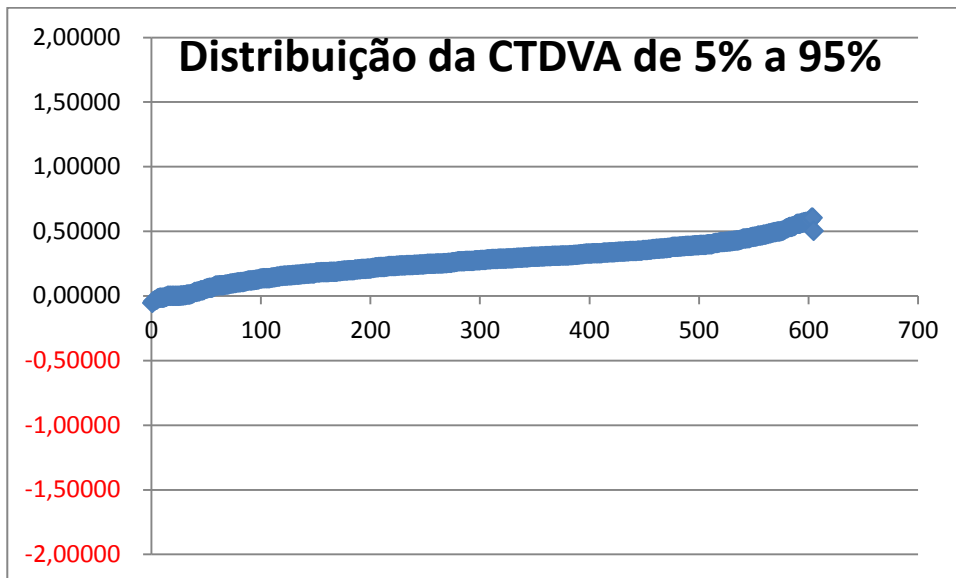


Gráfico 3 Dispersão da CTDVA de 5% a 95% dos dados

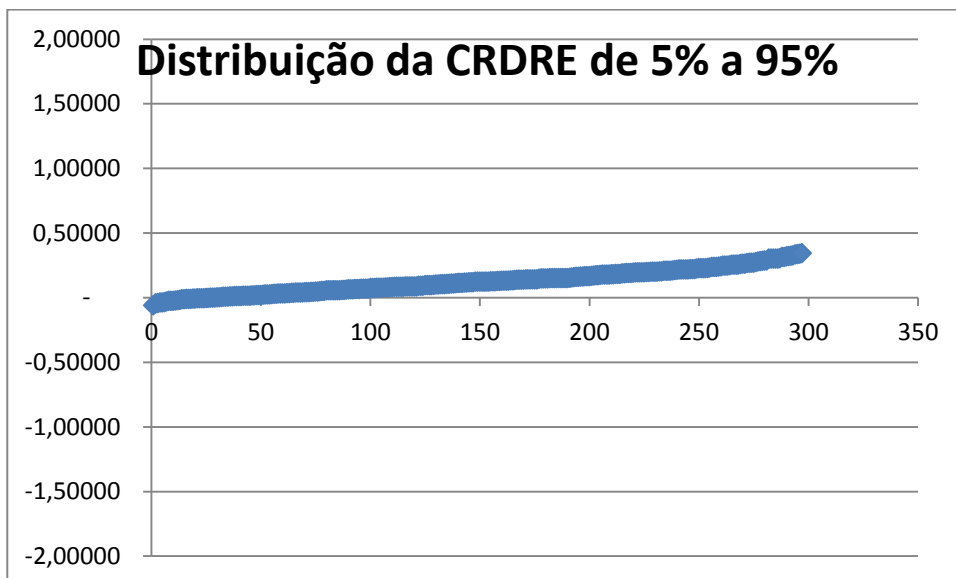


Gráfico 4 Dispersão da CRDRE de 5% a 95% dos dados

Em observância aos dois gráficos apresentados, notamos que, após tratamento simples referenciado anteriormente, as equações utilizadas inferem o mesmo comportamento para o estabelecimento da variável dependente, havendo apenas o deslocamento desta no eixo “y”, ou seja, a carga tributária apurada por meio da DVA é superestimada quando comparada à apurada pela DRE, ou esta é subestimada quando comparada àquela. Nas tabelas 2 e 3 também observa-se que para aquela a média é de 0,5680, enquanto para esta é de 0,1299.

Retirados da amostragem valores referentes aos quantis de 0 a 5% bem como de 95% a 100%, temos a seguinte tabela de resultados:

Variável	Nº OBS	Média	Desv. Padrão	Mínimo	Máximo
CTDVA	602	0,26694	0,137449	-0,04247	0,60421
CTDRE	297	0,12350	0,09495	- 0,05994	0,34263

Tabela 4 Análise para dados de 5% a 95% dos dados.

Valores de desvio padrão foram reduzidos de 7,913 para 0,137 no caso da CTDVA e de 2,135 para 0,0949 no caso da CTDRE. A redução brusca ocorreu também na amplitude entre mínimos e máximos.

A análise e correção entre as variáveis produzidas e coletadas tiveram os seguintes valores:

	CTDVA	CTDRE	SETOR	TAMANHO	ENDIV.
CTDVA	1				
CTDRE	-0,0029	1			
SETOR	0,0315	-0,005	1		
TAMANHO	-0,0613	-0,1507	0,041	1	
ENDIV.	-0,0098	-0,0084	-0,0445	0,0119	1

Tabela 5 Correlação entre variáveis.

Para esta análise notamos a inconsistência dos resultados para com perspectivas esperadas, devido à insignificante e negativa correlação entre a CTDVA e CTDRE, variáveis que em tese deveriam se assemelhar. O resultado enseja o comprometimento da análise determinística destas para com as demais variáveis em estudo. Resultados controversos podem ser justificados por eventos tais como isenções tributárias características de setores, créditos tributários, fase de desenvolvimento da empresa e prejuízos capazes de consumir recursos não gerados pela empresa, aliados a não padronização das informações em consonância com as normas aplicáveis.

Devido à perplexidade na evidenciação contábil dos tributos já tratada por Gallo (2007), não se descarta a possibilidade de ineficiência dos modelos de determinação desta carga tributária.

Estimativas dos quantis, usando as observações 1-323				
Variável dependente: CTDVA				
	COEFICIENTE	ERRO PADRÃO	RAZÃO-T	P-VALOR
SETOR	0,0131729	0,00501945	2,624	0,0091
TAM	0,0167541	0,00163841	10,23	2,00E-21
END	0,000501003	0,000555877	0,9013	0,3681

Tabela 6 Análise de Regressão – Variável dependente CTDVA.

Estimativas dos quantis, usando as observações 1-323				
Variável dependente: CTDRE				
	COEFICIENTE	ERRO PADRÃO	RAZÃO-T	P-VALOR
SETOR	0,011467	0,00369313	3,105	0,0021
TAM	0,00445379	0,00120549	3,695	3,00E-04
END	-0,000169916	0,000408994	-0,4154	0,6781

Tabela 7 Análise de Regressão – Variável dependente CTDRE.

As duas tabelas expostas, relativas à regressão feita tanto para a variável dependente CTDVA quanto para a CTDRE, evidenciam a insignificante predição das citadas variáveis quando justificadas pelas variáveis independentes setor, tamanho e endividamento, resultado previamente esperado conforme índices apontados previamente pela correlação.

5 CONCLUSÕES

Dadas às amostras, modelos de expressões propostas em literatura e hipóteses, os resultados obtidos nos tratamentos utilizados são insuficientes para responderem acerca da satisfatória utilização dos modelos de constituição da carga tributária tomando como base a DVA e DRE, como também são insatisfatórios para o apontamento de qualquer relação entre a carga tributária com variáveis independentes tais como setor, endividamento e tamanho da empresa, conforme apontamento em literatura.

Sobre a correlação com a variável endividamento, ainda que insignificante relação, a razão negativa entre elas confirma a hipótese da Teoria de Pohlmann e Iudícibus, que atribuiu a relação inversa entre carga tributária e endividamento devido à dedutibilidade dos juros na base de cálculo do tributos incidentes sobre o lucro.

Porém, notório na fase de prospecção da amostra, é o descompromisso daqueles responsáveis pela elaboração das Demonstrações Contábeis das empresas, bem como das grandes empresas de auditoria, que permitem a divulgação destas demonstrações não observando princípios e normas contábeis aplicáveis. Citamos por exemplo, a redução em 48% de uma base amostral, motivado pela não divulgação, ou divulgação incompleta da composição da Receita Líquida. De 690 demonstrações analisadas, 329 divulgaram esta informação em suas notas explicativas.

Os modelos teóricos de determinação da carga tributária da empresa, a legislação tributária, os princípios e teorias contábeis exigem, para suas afirmações em estudos técnicos, o cumprimento das normas contábeis e procedimentos padrões, o expurgo de possíveis gerenciamentos de resultados e tratativas mais evidentes relativas às particularidades contábeis das empresas e setores de tal forma que, estes estudos técnicos consigam distinguir,

como por exemplo, possíveis erros de observação de possíveis particularidades tributárias ou naturais da empresa.

Estudos futuros são necessários a fim de consolidarem teorias sólidas que possam justificar melhores formatações na evidenciação de informações contábeis tributárias, as quais possam refletir, com base em um modelo de igual solidez, a realidade aplicada da carga tributária incidente nas empresas, que conseqüentemente poderá ter sua relação estabelecida de forma significativa para com demais possíveis variáveis determinantes.

6 REFERÊNCIAS

AMARAL, Gilberto Luiz; OLENIKE, João Eloi; VIGGIANO, Letícia M. F. Amaral. **Estudo sobre o verdadeiro custo da tributação**. IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, mai 2008. Disponível em:

<http://www.banasqualidade.com.br/jornal_digital/custo%20brasil.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

BISPO, J. S.; CALIJURI, M. S. C.; LIMA, I. S. (2007). **A importância dos dados contábeis para a relação entre carga tributária, tamanho e setor econômico das empresas brasileiras**. XIV Congresso Brasileiro de Custos, João Pessoa-PB.

CAMERON, A.; TRIVEDI, P. **Microeconometrics Using Stata**. College Station: Stata Press, 2009. p.692

GALLO, M. F. **A relevância da abordagem contábil na mensuração da carga tributária das empresas**. 2007. 400 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GALLO, M. F. et al. **Carga tributária efetiva: Pesquisa Empírica sobre Empresas Brasileiras de Capital Aberto e Fechado**. XXX Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2007.

GIAMBIAGI, F. **Do déficit de metas às metas de déficit: a política fiscal do período 1995-2002**. *Pesquisa e planejamento econômico*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, abr. 2002.

KOENKER, R.; BASSETT, G. **Regression quantiles**, *Econometrica*, 1978. p. 33-50.

ORAIR, Rodrigo O. et al. **Carta tributária brasileira: Estimação e análises dos determinantes da evolução recente – 2002-2012** (Ipea), 2013

PAULA, E. R. **Análise Condicionada da Demanda de Energia Elétrica: Aplicação a um Caso Real**. 2006. 61 f. Tese (Mestrado em Engenharia Elétrica) Departamento de Engenharia Elétrica, Centro Técnico Científico da PUC-RIO, Rio de Janeiro, 2006.

PAULSEN, L. **Contribuições: custeio da seguridade social**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

POHLMANN, Marcelo Coletto; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Relação entre tributação do lucro e a estrutura de capital das grandes empresas no Brasil.** *Revista Contabilidade & Finanças*, USP, São Paulo, v. 21, n. 53, p. 1-25, maio/agosto 2010.

QUININO, R. C.; **Uma abordagem alternativa para o ensino do método dos mínimos quadrados no nível médio e início do curso superior.** Juiz de Fora, 2013.

SANTOS, M. A. C.; CAVALVANTE, P. R. N.; RODRIGUES, R. N. (2013). **Tamanho da firma e outros determinantes da tributação efetiva sobre o lucro no Brasil.** *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v.6, n.2, p. 179-210, 2013.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. **Carga tributária no Brasil – 2005.** Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudotributarios/estatisticas/CTB2005.pdf>>. Acesso em 26.05.2014.

VARSANO, Ricardo et al. **Uma análise da carga tributária do Brasil.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 1998.

WATTS, Ross L. ZIMMERMAN L. Jerold. **Positive accounting theory.** Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1986.

ANEXOS A – Tabela de todas as empresas relacionadas na Bovespa

CLASSIFICAÇÃO SETORIAL DAS EMPRESAS E FUNDOS NEGOCIADOS NA BM&FBOVESPA

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Exploração e/ouRefino		
		CHEVRON	CHVX	
		COPHILLIPS	COPH	
		EXXON MOBIL	EXXO	
		HRT PETROLEO	HRTPT	NM
		OGX PETROLEO	OGXP	NM
		PACIFIC RUB	PREB	
		PET MANGUINH	RPMG	
		PETROBRAS	PETR	
		QGEP PART	QGEP	NM
		Y P F	YPFL	
		Equipamentos e Serviços		
		HALLIBURTON	HALI	
		OSX BRASIL	OSXB	NM
SCHLUMBERGER	SLBG			

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
MateriaisBásicos	Mineração	MineraisMetálicos		
		ALCOA	AALC	
		FREEPORT	FCXO	
		LITEL	LTEL	MB
		MMX MINER	MMXM	NM
		VALE	VALE	N1
		MineraisNãoMetálicos		
		CCX CARVAO	CCXC	NM
		Siderurgia e Metalurgia		
		Siderurgia		
	ARCELOR	ARMT		
	FERBASA	FESA	N1	
	GERDAU	GGBR	N1	
	GERDAU MET	GOAU	N1	
	SID NACIONAL	CSNA		
	USIMINAS	USIM	N1	
	Artefatos de Ferro e Aço			
	ALIPERTI	APTI		
	FIBAM	FBMC		
	MANGELS INDL	MGEL	N1	
	MET DUQUE	DUQE		
	PANATLANTICA	PATI		
	TEKNO	TKNO		
	Artefatos de Cobre			
	PARANAPANEMA	PMAM	NM	
	Químicos			
Petroquímicos				
BRASKEM	BRKM	N1		
DOW CHEMICAL	DOWB			
ELEKEIROZ	ELEK			
GPC PART	GPCP			
M G POLIEST	RHDS			
UNIPAR	UNIP			
Fertilizantes e Defensivos				
FER HERINGER	FHER	NM		

		NUTRIPLANT	NUTR	MA
		Químicos Diversos		
		MILLENNIUM	TIBR	
	Madeira e Papel	Madeira		
		DURATEX	DTEX	NM
		EUCATEX	EUCA	N1
		Papel e Celulose		
		CELUL IRANI	RANI	
		FIBRIA	FIBR	NM
		KLABIN S/A	KLBN	N2
		MELHOR SP	MSPA	
		SANTHER	STTZ	
		SUZANO HOLD	NEMO	
		SUZANO PAPEL	SUZB	N1
	Embalagens	Embalagens		
		EVORA	PTPA	
		METAL IGUACU	MTIG	
	Materiais Diversos	Materiais Diversos		
		MAGNESITA SA	MAGG	NM
		PROVIDENCIA	PRVI	NM
		SANSUY	SNSY	

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Bens Industriais	Material de Transporte	Material Aeronáutico e de Defesa		
		BOEING	BOEI	
		EMBRAER	EMBR	NM
		LOCKHEED	LMTB	
		Material Ferroviário		
		COBRASMA	CBMA	
		Material Rodoviário		
		AUTOMETAL	AUTM	NM
		D H B	DHBI	
		FRAS-LE	FRAS	N1
		IOCHP-MAXION	MYPK	NM
		MARCOPOLO	POMO	N2
		METAL LEVE	LEVE	NM
		PLASCAR PART	PLAS	
		RANDON PART	RAPT	N1
		RECRUSUL	RCSL	
		RIOSULENSE	RSUL	
		TUPY	TUPY	NM
		WETZEL S/A	MWET	
	Equipamentos Elétricos	Equipamentos Elétricos		
		METALFRIO	FRIO	NM
	Máquinas e Equipamentos	Motores , Compressores e Outros		
		LUPATECH	LUPA	NM
		SCHULZ	SHUL	
		WEG	WEGE	NM
		Máq. e Equip. Industriais		
		BARDELLA	BDLL	
		INDS ROMI	ROMI	NM
		INEPAR	INEP	N1
		KEPLER WEBER	KEPL	
		NORDON MET	NORD	
		Máq. e Equip. Construção e Agrícolas		
		ACO ALTONA	EALT	
		CATERPILLAR	CATP	
		METISA	MTSA	

		Máq. e Equip. Hospitalares		
		BAUMER	BALM	
		Armas e Munições		
		FORJA TAURUS	FJTA	N2
	Serviços	Serviços Diversos		
		ALTUS S/A	ALTS	MA
		CONTAX	CTAX	N2
		CSU CARDSYST	CARD	NM
		DTCOM-DIRECT	DTCY	
		VALID	VLID	NM
	Comércio	Material de Transporte		
		MINASMAQUINA	MMAQ	
		WLM IND COM	SGAS	

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Construção e Transporte	Construção e Engenharia	Materiais de Construção		
		CHIARELLI	CCHI	
		ETERNIT	ETER	NM
		HAGA S/A	HAGA	
		PORTOBELLO	PTBL	NM
		Construção Civil		
		BROOKFIELD	BISA	NM
		CONST A LIND	CALI	
		CR2	CRDE	NM
		CYRELA REALT	CYRE	NM
		DIRECIONAL	DIRR	NM
		EVEN	EVEN	NM
		EZTEC	EZTC	NM
		GAFISA	GFSA	NM
		HELBOR	HBOR	NM
		JHSF PART	JHSF	NM
		JOAO FORTES	JFEN	
		MRV	MRVE	NM
		PDG REALT	PDGR	NM
		RODOBENSIMOB	RDNI	NM
		ROSSI RESID	RSID	NM
		SERGEN	SGEN	
		TECNISA	TCSA	NM
		TGLT	TGLT	
		TRISUL	TRIS	NM
		VIVER	VIVR	NM
		Construção Pesada		
		AZEVEDO	AZEV	
		CONST BETER	COBE	MB
		LIX DA CUNHA	LIXC	
		MENDES JR	MEND	
		SULTEPA	SULT	
		Engenharia Consultiva		
		SONDOTECNICA	SOND	
		TECNOSOLO	TCNO	
		Serviços Diversos		
		MILLS	MILS	NM
		Intermediação Imobiliária		
		BR BROKERS	BBRK	NM
		LOPES BRASIL	LPSB	NM
		Comércio de Material de Construção		
		HOME DEPOT	HOME	
	Transporte	Transporte Aéreo		
		GOL	GOLL	N2

		LATAM AIRLN	LATM	
		Transporte Ferroviário		
		ALL AMER LAT	ALLL	NM
		ALL NORTE	FRRN	MB
		ALL PAULISTA	GASC	MB
		FER C ATLANT	VSPT	
		MRS LOGIST	MRSA	MB
		Transporte Hidroviário		
		LOG-IN	LOGN	NM
		TREVISA	LUXM	
		Transporte Rodoviário		
		FEDEX CORP	FDXB	
		JSL	JSLG	NM
		TEGMA	TGMA	NM
		UPS	UPSS	
		Exploração de Rodovias		
		ARTERIS	ARTR	NM
		AUTOBAN	ANHB	
		CCR SA	CCRO	NM
		CONC RAPOSO	RPTA	
		CONC RIO TER	CRTE	MB
		CONCEPA	CNCP	
		ECON	ERDV	
		ECONORTE	ECNT	
		ECOPISTAS	ASCP	
		ECORODOVIAS	ECOR	NM
		ECOVIAS	ECOV	
		INVEPAR	IVPR	MB
		ROD COLINAS	COLN	
		ROD TIETE	RDVT	
		RT BANDEIRAS	CRBD	
		TRIANGULOSOL	TRIA	
		TRIUNFO PART	TPIS	NM
		VIAOESTE	VOES	
		Serviços de Apoio e Armazenagem		
		DOC IMBITUBA	IMBI	
		PRUMO	PRML	NM
		SANTOS BRAS	STBR	
		SANTOS BRP	STBP	N2
		WILSON SONS	WSON	

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Consumo não Cíclico	Agropecuária	Agricultura		
		MONSANTO	MSTO	
		RENAR	RNAR	NM
		SLC AGRICOLA	SLCE	NM
		V-AGRO	VAGR	NM
	Alimentos Processados	Açúcar e Alcool		
		BIOSEV	BSEV	NM
		COSAN	CSAN	NM
		COSAN LTD	CZLT	
		SAO MARTINHO	SMTO	NM
		Café		
		CACIQUE	CIQU	
		CAF BRASILIA	CAFE	
		IGUACU CAFE	IGUA	
		Grãos e Derivados		
		CLARION	CLAN	
		Carnes e Derivados		

	BRF SA EXCELSIOR JBS MARFRIG MINERVA MINUPAR	BRFS BAUH JBSS MRFG BEEF MNPR	NM NM NM NM
	Laticínios		
	LAEP VIGOR FOOD	MILK VIGR	 NM
	Alimentos Diversos		
	J.MACEDO JOSAPAR KRAFT GROUP M.DIASBRANCO ODERICH TEREOS	JMCD JOPA KFGI MDIA ODER TERI	 NM NM
Bebidas	Cervejas e Refrigerantes		
	AMBEV S/A COCA COLA PEPSICO INC	ABEV COCA PEPB	
Fumo	Cigarros e Fumo		
	PHILIPMORRIS SOUZA CRUZ	PHMO CRUZ	
Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza	Produtos de Uso Pessoal		
	AVON COLGATE NATURA PG	AVON COLG NATU PGCO	 NM
	Produtos de Limpeza		
	BOMBRIL	BOBR	
Saúde	Medicamentos e Outros Produtos		
	ABBOTT AMGEN BIOMM BRISTOLMYERS CREMER JOHNSON LILLY MERCK NORTCQUIMICA PFIZER	ABTT AMGN BIOM BMYB CREM JNJB LILY MRCK NRTQ PFIZ	 MA NM MA
	Serviços Médico - Hospitalares, Análises e Diagnósticos		
	DASA FLEURY ODONTOPREV QUALICORP TEMPO PART	DASA FLRY ODPV QUAL TEMP	 NM NM NM NM
Diversos	Produtos Diversos		
	HYPERMARCAS	HYPE	NM
Comércio e Distribuição	Alimentos		
	AGRENCO P.ACUCAR-CBD WAL MART	AGEN PCAR WALM	 N1
	Medicamentos		
	BR PHARMA DIMED PROFARMA RAIADROGASIL	BPHA PNVL PFRM RADL	 NM NM NM

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Consumo Cíclico	Tecidos, Vestuário e Calçados	Fios e Tecidos		
		BUETTNER	BUET	
		CEDRO	CEDO	N1
		COTEMINAS	CTNM	
		DOHLER	DOHL	
		ENCORPAR	ECPR	
		IND CATAGUAS	CATA	
		KARSTEN	CTKA	
		PETTENATI	PTNT	
		SANTANENSE	CTSA	
		SCHLOSSER	SCLO	
		SPRINGS	SGPS	NM
		TEC BLUMENAU	TENE	
		TECEL S JOSE	SJOS	
		TEKA	TEKA	
	TEX RENAUX	TXRX		
	WEMBLEY	WMBY		
	Vestuário			
	CIA HERING	HGTX	NM	
	Calçados			
	ALPARGATAS	ALPA	N1	
	CAMBUCI	CAMB		
	GRENDENE	GRND	NM	
	NIKE	NIKE		
	VULCABRAS	VULC		
	Acessórios			
	MUNDIAL	MNDL		
	TECHNOS	TECN	NM	
	Utilidades Domésticas	Eletrodomésticos		
		BRASMOTOR	BMTO	
		IGB S/A	IGBR	
		SPRINGER	SPRI	
		WHIRLPOOL	WHRL	
	Móveis			
	UNICASA	UCAS	NM	
	Utensílios Domésticos			
	HERCULES	HETA		
	NADIR FIGUEI	NAFG		
Automóveis e Motocicletas	Automóveis e Motocicletas			
	FORD MOTORS	FDMO		
Mídia	Produção e Difusão de Filmes e Programas			
	COMCAST	CMCS		
	NET	NETC	N2	
	NETFLIX	NFLX		
	TIME WARNER	TWXB		
	WALT DISNEY	DISB		
	Jornais, Livros e Revistas			
	ABRIL EDUCA	ABRE	N2	
	SARAIVA LIVR	SLED	N2	
	Publicidade e Propaganda			
	BETAPART	BETP	MB	
Hoteis e Restaurantes	Hotelaria			
	BHG	BHGR	NM	
	HOTEIS OTHON	HOOT		
	SAUIPE	PSEG		
	Restaurante e Similares			

		IMC HOLDINGS	IMCH	NM
		MCDONALDS	MCDC	
		STARBUCKS	SBUB	
	Viagens e Lazer	Bicicletas		
		BIC MONARK	BMKS	
		PRO METALURG	PMET	
		Brinquedos e Jogos		
		ESTRELA	ESTR	
		TECTOY	TOYB	
		Parques de Diversão		
		PQ HOPI HARI	PQTM	
		Produção de Eventos e Shows		
		MAORI	MAOR	MB
		SPTURIS	AHEB	
		TIME FOR FUN	SHOW	NM
		Viagens e Turismo		
		CVC BRASIL	CVCB	NM
	Diversos	Serviços Educacionais		
		ANHANGUERA	AEDU	NM
		ESTACIO PART	ESTC	NM
		KROTON	KROT	NM
		Aluguel de carros		
		LOCALIZA	RENT	NM
		LOCAMERICA	LCAM	NM
		UNIDAS	UNID	
		Programas de Fidelização		
		MULTIPLUS	MPLU	NM
		SMILES	SMLE	NM
	Comércio	Tecidos, Vestuário e Calçados		
		AREZZO CO	ARZZ	NM
		GRAZZIOTIN	CGRA	
		GUARARAPES	GUAR	
		LE LIS BLANC	LLIS	NM
		LOJAS HERING	LHER	
		LOJAS MARISA	AMAR	NM
		LOJAS RENNER	LREN	NM
		Eletrodomésticos		
		MAGAZ LUIZA	MGLU	NM
		VIAVAREJO	VVAR	N2
		Produtos Diversos		
		AMAZON	AMZO	
		B2W DIGITAL	BTOW	NM
		DUFREY AG	DAGB	
		LOJAS AMERIC	LAME	

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Tecnologia da Informação	Computadores e Equipamentos	Computadores e Equipamentos		
		APPLE	AAPL	
		BEMATECH	BEMA	NM
		CISCO	CSCO	
		DELL	DELL	
		HP COMPANY	HPQB	
		INTEL	ITLC	
		ITAUTEC	ITEC	
		POSITIVO INF	POSI	NM
		QUALCOMM	QCOM	
		XEROX CORP	XRXB	
	Programas e Serviços	Programas e Serviços		
		EBAY	EBAY	
		FACEBOOK	FBOK	

		GAMA PART	OPGM	MB
		GOOGLE	GOOG	
		IBM	IBMB	
		IDEIASNET	IDNT	NM
		LINKEDIN	LNKD	
		LINX	LINX	NM
		MICROSOFT	MSFT	
		ORACLE	ORCL	
		QUALITY SOFT	QUSW	MA
		SENIOR SOL	SNSL	MA
		TELEBRAS	TELB	
		TOTVS	TOTS	NM

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Telecomunicações	TelefoniaFixa	TelefoniaFixa		
		ATT INC	ATTB	
		CTBC TELECOM	CTBC	
		EMBRATEL PAR	EBTP	
		JEREISSATI	MLFT	
		LA FONTE TEL	LFTE	
		LF TEL	PITI	
		LFPARTICIP	MLPP	MA
		OI	OIBR	N1
		TELEF BRASIL	VIVT	
		TELEMAR PART	TLMP	
		VERIZON	VERZ	
	TelefoniaMóvel	TelefoniaMóvel		
		INEPAR TEL	INET	
		TIM PART S/A	TIMP	NM

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
UtilidadePública	EnergiaElétrica	EnergiaElétrica		
		524 PARTICIP	QVQP	MB
		AES ELPA	AELP	
		AES SUL	AESL	
		AES TIETE	GETI	
		AFLUENTE	AFLU	
		AFLUENTE T	AFLT	
		AGCONCESSOES	ANDG	MB
		ALUPAR	ALUP	N2
		AMPLA ENERG	CBEE	
		BAESA	BESA	
		BONAIRE PART	BNPA	MB
		BRASILIANA	ENGP	
		CACHOEIRA	CPTC	MB
		CEB	CEBR	
		CEEE-D	CEED	N1
		CEEE-GT	EEEL	N1
		CELESC	CLSC	N2
		CELGPAR	GPAP	
		CELPA	CELP	
		CELPE	CEPE	
		CEMAR	ENMA	MB
		CEMAT	CMGR	
		CEMIG	CMIG	N1
		CEMIG DIST	CMGD	
		CEMIG GT	CMGT	
		CESP	CESP	N1
		COELBA	CEEB	

		COELCE	COCE	
		COPEL	CPLC	N1
		COSERN	CSRN	
		CPFL ENERGIA	CPFE	NM
		CPFL GERACAO	CPFG	
		CPFL PIRATIN	CPFP	
		CPFL RENOVAV	CPRE	NM
		DESENVIX	DVIX	MA
		EBE	EBEN	
		ELEKTRO	EKTR	
		ELETROBRAS	ELET	N1
		ELETROPAR	LIPR	
		ELETROPAULO	ELPL	N2
		EMAE	EMAE	
		ENERGIAS BR	ENBR	NM
		ENERGISA	ENGI	
		ENERSUL	ENER	
		ENEVA	ENEV	NM
		EQUATORIAL	EQTL	NM
		ESCELSA	ESCE	
		FORPART	FPRT	MB
		GER PARANAP	GEPG	
		GTD PART	GTDG	MB
		INVESTCO	INVT	
		ITAPEBI	ITPB	
		LIGHT	LIGH	
		LIGHT S/A	LIGT	NM
		NEOENERGIA	GNAN	MB
		PAUL F LUZ	PALF	
		PROMAN	PRMN	MB
		REDE ENERGIA	REDE	
		REDENTOR	RDTR	
		RENOVA	RNEW	N2
		RIO GDE ENER	RGEG	
		TAESA	TAEI	N2
		TERMOPE	TMPE	
		TRACTEBEL	TBLE	NM
		TRAN PAULIST	TRPL	N1
		UPTICK	UPKP	MB
	Água e Saneamento	Água e Saneamento		
		CABAMBIENTAL	CABB	MA
		CASAN	CASN	
		COPASA	CSMG	NM
		DALETH PART	OPDL	MB
		SABESP	SBSP	NM
		SANEPAR	SAPR	
		SANESALTO	SNST	
	Gás	Gás		
		CEG	CEGR	
		COMGAS	CGAS	

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Financeiro e Outros	Intermediários Financeiros	Bancos		
		ABC BRASIL	ABCB	N2
		ALFA CONSORC	BRGE	
		ALFA HOLDING	RPAD	
		ALFA INVEST	BRIV	
		AMAZONIA	BAZA	
		BANESE	BGIP	
		BANESTES	BEES	

	BANK AMERICA	BOAC	
	BANPARA	BPAR	
	BANRISUL	BRSR	N1
	BICBANCO	BICB	N1
	BRADESCO	BBDC	N1
	BRASIL	BBAS	NM
	BRB BANCO	BSLI	
	BTGP BANCO	BPAC	
	CITIGROUP	CTGP	
	DAYCOVAL	DAYC	N1
	GOLDMANSACHS	GSGI	
	INDUSVAL	IDVL	N2
	ITAUSA	ITSA	N1
	ITAUUNIBANCO	ITUB	N1
	JPMORGAN	JPMC	
	MERC BRASIL	BMEB	
	MERC INVEST	BMIN	
	NORD BRASIL	BNBR	
	PANAMERICANO	BPNM	N1
	PARANA	PRBC	N1
	PATAGONIA	BPAT	
	PINE	PINE	N2
	SANTANDER BR	SANB	N2
	SOFISA	SFSA	N2
	WELLS FARGO	WFCO	
	Soc. Crédito e Financiamento		
	ALFA FINANC	CRIV	
	FINANSINOS	FNCN	
	MERC FINANC	MERC	
	Soc. Arrendamento Mercantil		
	BICLEASING	LBIC	
	BRADESCO LSG	BDLS	
	BV LEASING	BVLS	
	DIBENS LSG	DBEN	
	Outros		
	Intermediarios Financeiros		
	BRAZILIAN FR	BFRE	
Securizadoras de Recebíveis	Securizadoras de Recebíveis		
	AETATIS SEC	AETA	
	ALTERE SEC	ALTR	
	BETA SECURIT	BTSC	
	BRAZIL REALT	BZRS	
	BRAZILIAN SC	BSCS	
	BRC SECURIT	BRCS	
	BRPR 44 SEC	WTCJ	
	BRPR 45 SEC	FDCS	
	BRPR 46 SEC	WTNS	
	BRPR 51 SEC	WTSC	
	BRPR 52 SEC	WTTS	
	BRPR 53 SEC	WTTC	
	BRPR 55 SEC	WTVP	
	BRPR 56 SEC	WTVR	
	FIBRA SEC	FBSC	
	GAIA AGRO	GAFL	
	GAIA SECURIT	GAIA	MB
	IMIGRANTES	IMIG	
	OCTANTE SEC	OCTS	
	PATRIA SEC	NOOS	
	PDG SECURIT	PDGS	
	POLO CAP SEC	PLSC	
	RBCAPITALRES	RBRA	MB

		RBCAPITALSEC WTORRE PIC XX NOVEMBRO	RBCS WTPI VDNS	MB MB
	Serviços Financeiros Diversos	Gestão de Recursos e Investimentos		
		BNDSPAR BTG PACTUAL GP INVEST TARPON INV	BNDP BBTG GPIV TRPN	MB NM
		Serviços Financeiros Diversos		
		AMERICAN EXP BMFBOVESPA CETIP CIELO MASTERCARD MORGAN STAN VISA INC	AXPB BVMF CTIP CIEL MSCD MSBR VISA	NM NM NM
	Previdência e Seguros	Seguradoras		
		BBSEGURIDADE PAR AL BAHIA PORTO SEGURO SEG AL BAHIA SUL AMERICA	BBSE PEAB PSSA CSAB SULA	NM NM N2
		Corretoras de Seguros		
		BR INSURANCE	BRIN	NM

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Financeiro e Outros	Exploração de Imóveis	Exploração de Imóveis		
		ALIANSC BR MALLS PAR BR PROPERT BRASILAGRO COR RIBEIRO CYRE COM-CCP GENERALSHOPP IGUATEMI MENEZES CORT MULTIPLAN SAO CARLOS SIERRABRASIL	ALSC BRML BRPR AGRO CORR CCPR GSHP IGTA MNZC MULT SCAR SSBR	NM NM NM NM NM NM NM MB N2 NM NM
	Holdings Diversificadas	Holdings Diversificadas		
		3M AGPART BAHEMA BATTISTELLA BRADESPAR DOCAS GE HABITASUL HONEYWELL J B DUARTE MONT ARANHA ULTRAPAR	MMMC CANT BAHI BTTL BRAP DOCA GEOO HBTS HONB JBDU MOAR UGPA	MB N1 NM
	Outros	Outros		
		ALEF S/A ALL ORE ALLIS PART ARAUCARIA BELAPART BRAZILIAN FR CABINDA PART	ALEF AORE SAGP VDNP PBEL BFRE CABI	MB MB MB MB MB MB

	CACONDE PART	CACO	MB
	CAIANDA PART	CAIA	MB
	CAPITALPART	CPTP	MB
	CEMEPE	MAPT	
	CIMS	CMSA	
	DINAMICA ENE	DNEN	MB
	DOMMO EMPR	CALA	MB
	ELETRON	ETRO	MB
	FUTURETEL	FTRT	MB
	GRUCAI	GRUC	
	HARPIA PART	HPIA	
	INVEST BEMGE	FIGE	
	ITAITINGA	SQRM	
	LONGDIS	SPRT	MB
	MGI PARTICIP	MGIP	
	NEWTEL PART	NEWT	MB
	OPPORT ENERG	OPHE	MB
	PARCOM PART	PCPA	MB
	POLPAR	PPAR	
	PROMPT PART	PRPT	MB
	RET PART	OPRE	MB
	RJCP EQUITY	RJCP	
	SELECTPART	SLCT	MB
	SUBESTACAO	ELMT	
	SUDESTE S/A	OPSE	MB
	SUL 116 PART	OPTS	MB
	TELINVEST	TLVT	MB
	VALETRON	VLTR	MB
	ZAIN PART	OPZI	MB

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Financeiro e Outros	Fundos	FundosImobiliários		
		FII A BRANCA	FPAB	
		FII ABC IMOB	ABCP	
		FII ABSOLUTO	BPFF	
		FII AESAPAR	AEFI	
		FII AG CAIXA	AGCX	
		FII ALMIRANT	FAMB	MB
		FII ANCAR IC	ANCR	MB
		FII ANH EDUC	FAED	MB
		FII AQUILLA	AQLL	MB
		FII ATICO	ATCR	
		FII BANRISUL	BNFS	
		FII BB CORP	BBRC	
		FII BB PRGII	BBPO	
		FII BB PROGR	BBFI	MB
		FII BB R PAP	RNDP	
		FII BC FFII	BCFF	MB
		FII BC FUND	BRCR	
		FII BM THERA	THRA	MB
		FII BMBRC LC	BMLC	MB
		FII BRASILIO	BMII	
		FII C BRANCO	CBOP	
		FII C JARDIM	BBVJ	
		FII C TEXTIL	CTXT	
		FII CAMPUSFL	FCFL	MB
		FII CASTELO	FCAS	
		FII CENESP	CNES	MB
		FII CEO CCP	CEOC	MB
		FII CRIANCA	HCRI	MB
		FII CSHG CRI	HGCR	

FII CSHG LOG	HGLG	
FII CSHG POP	CSHP	MB
FII CSHGJHSF	HGJH	
FII CSHGSHOP	HGBS	
FII CX CEDAE	CXCE	MB
FII CX RBRAV	CXRI	
FII CX TRX	CXTL	
FII D PEDRO	PQDP	
FII DOMO	DOMC	
FII DOVEL	DOVL	MB
FII EUROPAR	EURO	
FII EXCELLEN	FEXC	MB
FII FATOR VE	VRTA	
FII FATORFIX	FIXX	
FII FLORIPA	FLRP	MB
FII G TULIP	GTUL	MB
FII GALERIA	EDGA	MB
FII GAVEA	GVFF	
FII GEN SHOP	FIGS	
FII GWI LOG	GWIC	
FII GWI RI	GWIR	
FII HG REAL	HGRE	
FII HIGIENOP	SHPH	
FII HOTEL MX	HTMX	MB
FII INDL BR	FIIB	
FII JHSF FBV	RBBV	
FII JPP CAPI	JPPC	
FII JS REAL	JSRE	
FII JS RECIM	BJRC	
FII JS RENDA	JSIM	
FII KII REAL	KNRE	
FII KINEA	KNRI	
FII KINEA RI	KNCR	
FII LARGO 13	MSHP	
FII LATERES	LATR	MB
FII LOURDES	NSLU	MB
FII LOUVEIRA	GRLV	
FII MAXI REN	MXRF	
FII MAXIMARC	MXRC	
FII MAX RET	MAXR	MB
FII MEMORIAL	FMOF	
FII MERC BR	MBRF	
FII MERITO I	MFII	
FII MSL 13	MSLF	MB
FII MTGESTAO	DRIT	MB
FII NCH BRA	NCHB	MB
FII OLIMPIA	VLOL	
FII OPPORTUN	FTCE	MB
FII OURINVES	EDFO	MB
FII P VARGAS	PRSV	
FII PANAMBY	PABY	
FII PERSONAL	PRSN	MB
FII POLO CRI	PORD	
FII POLO I	PLRI	
FII POLO SHO	VPSI	
FII RB CAP I	FIIP	MB
FII RB GSB I	RBGS	
FII RB II	RBRD	
FII RBPRIME1	RBPR	
FII RBPRIME2	RBPD	
FII RBRESID2	RBDS	
FII RD ESCRI	RDES	

	FDC BANCOOB	BCOB	MB
	FDC BURITI	OPIM	MB
	FDC BV II	BVFD	MB
	FDC CCB	CCBF	
	FDC CONCORDI	CONC	
	FDC CPTM	CPTF	MB
	FDC DANIELE	DANI	MB
	FDC DELTA LP	DLTL	MB
	FDC ENERGISA	FENE	MB
	FDC EXODUS I	EXOD	MB
	FDC GMAC	GMAC	MB
	FDC LECCA	LECA	MB
	FDC NP 48701	PRCF	MB
	FDC NP DB I	NPPF	MB
	FDC OMNI IV	OMVQ	MB
	FDC POLO	PLPF	MB
	FDC RURAL EC	RRLE	MB
	FDC SILVERAD	SILV	MB
	FDC TRADEMAX	TRDM	MB
	FDC UNION AG	UNAG	MB
	FDC UNIVERSI	IDLQ	
	FDC V1 AGRO	FAGR	MB
	FDC VALECRE	VLCR	MB
	Fundos de Incentivo Setorial		
	FINAM	FNAM	
	FINOR	FNOR	
	FISET FL REF	FSRF	
	FISET PESCA	FSPE	
	FISET TUR	FSTU	
	FUNRES	FRES	
	Outros Títulos		
	CEPAC - CTBA	CTBA	MB
	CEPAC - MCRJ	MCRJ	MB
	CEPAC - PMSP	PMSP	MB

(N1) Nível 1 de Governança Corporativa

(N2) Nível 2 de Governança Corporativa

(NM) Novo Mercado

(MA) BovespaMais

(MB)

Balcão Organizado Tradicional

ATENÇÃO

Este trabalho não é uma recomendação de investimento.

As informações recebidas das empresas admitidas à negociação na BM&FBOVESPA estão disponíveis para consulta em

nosso site

www.bmfbovespa.com.br

r.

Para mais esclarecimentos, sugerimos procurar sua corretora. Ela pode ajudá-lo a avaliar os riscos e benefícios

potenciais das negociações com valores mobiliários.

BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e

Futuros